



Anais da Assembléia

Nº 11

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 13 DE MARÇO DE 1980.

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 1980

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Juran-dir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57), achando-se ausente o Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o número 733/79, do Dr. GASTÃO NATAL SIMONE, Secretário de Saúde e Bem Estar Social, do Município de Maringá, encaminhando a este Poder, Relatório de Serviços Prestados por aquela Secretaria, referente ao mês de novembro do ano próximo passado, incluso também o Relatório do Centro de Saúde do Jardim Alvorada. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o número 095/80, do Dr. GASTÃO NATAL SIMONE, Secretário de Saúde e Bem Estar Social, do Município de Maringá, encaminhando a este Poder Relatório de Serviços Prestados por aquela Secretaria, referente ao mês de janeiro do corrente, incluso também o Relatório do Centro de Saúde do Jardim Alvorada. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o número 047/80, do Dr. GASTÃO NATAL SIMONE, Secretário de Saúde e Bem Estar Social, do Município de Maringá, encaminhando a este Poder, Relatório de Serviços Prestados por aquela Secretaria, referente ao mês de dezembro do ano próximo passado, incluso também o Relatório do Centro de Saúde do Jardim Alvorada. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o número 130/80, do Dr. GASTÃO NATAL SIMONE, Secretário de Saúde e Bem Estar Social, do Município de Maringá, encaminhando a este Poder, Relatório Trienal das atividades desenvolvidas por aquela Secretaria, na gestão do Excelentíssimo Sr. Dr. João Paulino Vieira Filho, Prefeito Municipal. — **Ao conhecimento da Casa.**

Do Senhor WALTER DE OLIVEIRA, Serventuário da Justiça e Assistente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bandeirantes, nos seguintes termos:

“A exemplo do que fizemos para com diversos Ministérios e Departamentos da Administração Direta e Indireta, estamos encaminhando a Vossa Excelência cópias do programa incluso, que — após demoradas e acuradas observações — concebemos com o intuito de colaborar na busca de soluções para sérios problemas vividos pelo trabalhador rural volante, conhecido por “bóia-fria”, cujos problemas, via de ÊXODO RURAL, estão levando graves conseqüências aos grandes centros urbanos e esvaziando as zonas agrícolas, onde nossas safras — alicerce da economia nacional — poderão, num futuro bastante breve, perecer nos campos sem haver quem as colha.

Nosso modesto trabalho não aspira outro resultado que não aquele de colaborar, e entendemos, que nessa augusta Casa, ele haverá de ser objeto de análise, críticas e ponderações por parte dos ilustres representantes do povo, inclusive dos “bóias-frias”, e defensores dos seus legítimos anseios”. — **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, regime de urgência para a tramitação do projeto de lei que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Cientista ALBERT SABIN.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que somente após decisão desta Casa a respeito do Projeto de Resolução 82/79, que disciplina a matéria, sejam marcadas pela Mesa, as sessões solenes que visem a entrega de Títulos Honoríficos já concedidos por este Poder.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Resolução n.º 82/79, que visa regular sessões especiais desta Casa, destinadas à entrega de Títulos Honoríficos.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1980.

(a) ANTÔNIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, ouvido o Plenário, o encaminhamento ao Ministro do Planejamento, Dr. Antônio Delfin Neto, apelo desta Casa no sentido de que sejam instaladas as sub-delegacias da SUNAB nos Municípios de Londrina e Cascavel.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1980.

(a) RENATO BUENO

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação tem como fundamento o fato das mesmas estarem criadas e não instaladas até a presente data.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, R E Q U E R, ouvido o Plenário, o encaminhamento ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná e demais membros daquela Corte, de apelo desta Casa no sentido de que o Município de Guaratuba seja indicado como sede da comarca a ser criada na região a que pertence.

A presente solicitação tem como fundamento, o fato de que Guaratuba atende plenamente os requisitos constantes do Art. 224, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1980

a) Renato Bueno.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, à Mesa, envio de solicitação ao Sr. Governador do Estado, Sr. Secretário da Educação e ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de que seja destinada verba para uma reforma geral no COLÉGIO AGRÍCOLA GETÚLIO VARGAS do Município de PALMEIRA, que se encontra em estado dos mais deploráveis.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1980

a) Nestor Baptista.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 15/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido ao cientista ALBERT SABIN, o título de Cidadão Honorário do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1980

a) José Tavares.

JUSTIFICAÇÃO: Albert Sabin, em pleno vigor da existência, já pertence à galeria dos benfeitores da humanidade, ao lado dos expoentes que aprendemos a admirar através do estudo da História.

A descoberta da vacina contra a poliomielite, que se constitui numa defesa segura contra uma das moléstias mais devastadoras, especialmente das crianças, evidencia por outro lado a dedicação de toda a juventude de um homem talentoso ao serviço do seu próximo. No anonimato dos laboratórios, empenhou toda sua inteligência privilegiada na busca de um antídoto à doença perversa, sem dar ouvidos às solicitações do sucesso fácil e imediatista de uma carreira profissional comum.

Neste particular se revela toda a infinita dimensão do seu espírito superior de fraternidade universal.

É bem verdade que veio o êxito, coroando sua doação plena, e a humanidade agradecida se curva emocionada diante do cientista que venceu a doença.

Mas o que justifica este projeto - que nada acrescentaria à gratidão que as gerações de todo o sempre hão de tributar a Albert Sabin, é a sua profunda e serena modéstia que, sem alarde, envolve a sua participação nas campanhas de vacinação contra a poliomielite.

Ninguém pode conter sua entusiasmada admiração diante daquela figura quase angelical, a agasalhar entre os braços pequeninas criaturas para receber a imunização que o seu invento propicia.

Cidadão do mundo, membro dos mais prestigiosos colégios científicos, personagem da História Contemporânea, vive e pulsa com o povo humilde, como um dos seus, mas sem

a afetação demagógica, sem a falsa simplicidade, precisamente porque no mundo maravilhoso do sábio não há lugar para as fraquezas dos vaidosos e dos orgulhosos.

Por tudo o quanto Albert Sabin representa para o gênero humano, mas pelo Albert Sabin-homem do povo paranaense, é que se propõe esta sincera homenagem.

PROJETO DE LEI Nº 16/80

A assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominado ARNALDO FAIVRO BUSATO a Usina hidrelétrica que está sendo construída pela COPEL, em Foz do Areia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1980

a) João Elísio

JUSTIFICATIVA: A Copel vem construindo aquela que será a maior Usina Hidrelétrica do Paraná.

Recentemente o Paraná perdeu um dos seus filhos mais ilustres e que muito realizou em favor de nossos coestaduanos nos diversos cargos que ocupou.

Deputado Estadual dos mais brilhantes, culminou com a maior votação da sua época.

Deputado Federal dos mais atuantes, obteve o reconhecimento nacional pela sua atuação.

A sua trajetória política foi das mais destacadas na Secretaria da Saúde em duas gestões, sendo que na segunda vez, aquela pasta teve acrescido os problemas relacionados ao Bem-estar da população paranaense.

Nessas e em outras atividades públicas sempre revelou um dinamismo incomum, representando de modo invulgar, inicialmente o sudoeste e, após, em razão de suas virtudes públicas e pessoais foi honrado com o convite e o apoio para representar outros municípios das mais variadas regiões do Estado.

Sem qualquer réstia de dúvida foi uma das maiores figuras deste Estado nos últimos quatro lustros e, não fora a pertinaz moléstia que o acompanhou nos últimos dez anos e que veio ceifar-lhe a vida tão prematuramente, certamente ocuparia outros cargos em nosso Estado e no cenário federal.

Não poderíamos olvidar neste momento a bravura como enfrentou a doença, jamais esmorecendo, somente sucumbido diante do inevitável.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - finda a leitura do expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado David Federmann.

O SR. DAVID FEDERMANN - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lâ):

"Venho, nesta oportunidade, à tribuna desta Casa, por dois motivos:

Inicialmente, para me congratular com o eminente Governador Ney Braga, pela maneira correta e serena com que conduziu o problema da reformulação partidária em Ponta Grossa, quando demonstrando sua incontestável liderança e elevado grau de maturidade política, conseguiu desarmar espíritos e, em consequência, uma somatória de valores, que antes guiados pelos mesmos ideais, mas separados pelo artificialismo de siglas partidárias antagônicas, agora de mãos dadas irão trabalhar pela grandeza de nossa cidade e felicidade de nosso povo.

Eu que nesta Casa Legislativa tenho a honra de representar por quatro mandatos sucessivos parcela ponderável da comunidade pontagrossense, não poderia silenciar diante de um fato tão significativo e auspicioso que exigiu de todas as partes elevado espírito patriótico e de renúncia.

A participação do digno Prefeito de Ponta Grossa, Dr. Luiz Carlos Zuk, nos quadros partidários do PDS, vem engrandecer ainda mais a já reconhecida liderança de Ney Braga e reforçar seu prestígio político em nosso Estado e no âmbito

nacional.

Agora, Governo do Estado e administração municipal unidos sob a mesma bandeira, poderão melhor somar esforços no sentido político e administrativo para solução dos problemas que são enfrentados pelo povo paranaense que, em última análise, foi o grande vencedor com este auspicioso acontecimento.

Damos nossas boas-vindas ao Prefeito Zuk e nossas felicitações ao eminente Governador Ney Braga.

Sr. Presidente, outro assunto que hoje devo focalizar, neste plenário, onde são acolhidas as reivindicações populares e justas, já o fiz, há oito meses passados. E relaciona-se com a precária aposentadoria dos serventuários da Justiça do Paraná, os quais, sem órgão de classe para defender seus legítimos interesses, ficam marginalizados, cada vez mais, no conjunto do nosso funcionalismo público.

Solicitado, de amiúde, através de quatro legislaturas, por serventuários da Justiça de meu Estado, quer de minha região, quer de outras, jamais deixei de prestar-lhes minha modesta cooperação, ao ouvir e expor a quem de direito as inadiáveis e convincentes aspirações dessa importante e numerosa parcela dos nossos servidores públicos, dos quais os mais categorizados percebem, depois de aposentados, apenas cerca de três salários mínimos... Enquanto, em atividade, nas serventias com afluência de serviços - como as da Capital e algumas cidades importantes do Interior - os serventuários são bem remunerados e podem fazer o seu pé-de-meia para os dias difíceis de sua minguada aposentadoria, por outro lado, a grande maioria deles, em serventias menores, não podem evitar mísero futuro financeiro de si mesmos e suas famílias. E mesmo que desejem melhorar tal situação, a lei não o permite a esses funcionários, os quais não podem contribuir, na sua vida ativa com adequadas taxas previdenciárias, para elevar-lhes os proventos de inativos.

Daí por que insisto, neste pronunciamento, certo de pugnar por justíssima causa, como o podem testemunhar, nesta Assembléia, mormente os meus nobres colegas que são, também, serventuários da Justiça.

Acresce, ainda, que estes serventuários da Justiça do Paraná, em cotejo com os de outros Estados, como São Paulo, possuem situação funcional lamentável, senão de chocante inferioridade, bastando dizer que eles nem podem contar, para suas responsáveis e especializadas tarefas, com um corpo de auxiliares hierarquicamente estruturados, capazes de usufruir maiores garantias, remunerações e promoções funcionais, asseguradas em todos os outros ramos do funcionalismo público federal, estadual e municipal.

É do meu conhecimento que o Governador Ney Braga, sempre atento aos problemas do funcionalismo, após assumir o poder estadual, houve por bem determinar estudos oportunos, por parte dos órgãos competentes, sobre a aposentadoria - seja por invalidez, compulsória ou tempo de serviço - que aflige essa classe de funcionários. Mas até agora tais estudos não chegaram à conclusão esperada. Assim é que apelo, desta tribuna, para que os encarregados de tais estudos não mais tardem com o que foi solicitado, em boa hora, pelo Governador do Estado, a fim de não mais prolongarem a futura angústia econômica dos serventuários da Justiça, mormente os inativos. Para Ney Braga, a compreensão pelos problemas dos servidores públicos é das notas altas da administração. Sua imagem de administrador e político justo e bom é o que mais anima a esperança de nossos serventuários da Justiça, no sentido de resolver tão vital problema e que nenhum outro governador até hoje teve boa vontade em resolvê-los.

Visando atender justa reivindicação dos serventuários da Justiça paranaense, relacionada com o assunto, apresentei, em 12 de julho de 1.979, um projeto de lei, objetivando conferir ao servidor da Justiça não remunerado pelos cofres pú-

blicos, o direito de continuar em atividade, após completar setenta anos, desde que obtenha parecer favorável de junta médica. Na justificativa do referido projeto, foi demonstrado, com evidência, o seu cabimento e equidade, tal como o fora, através da lei nº 10.393, de 16 de dezembro de 1.970, do Estado de São Paulo, em que me inspirei e pela qual os serventuários da Justiça paulistas estão, de há muito, bem amparados previdenciariamente, como se verifica naquela lei (art. 23) e na tabela de aposentadoria dos serventuários paulistas, que é anexo a este pronunciamento e está à disposição dos meus nobres colegas. Tal fato se reveste de suma importância, para que nós outros sigamos passos seguros, em se tratando de legislar em benefício de uma classe de tanta significação sócio-econômica e que deve sobreviver condignamente para continuar a prestar serviços à coletividade.

Quanto a qualquer objeção negativa, que pretenda procrastinar este projeto, desejo observar, em alto e bom som, que as nossas leis, sem excessão, devem ser reformuladas ou atualizadas, à medida em que deixam de ser justas, notadamente as de significado social, como o proclamam, hoje mais do que nunca, os políticos e os juristas clarividentes, capazes de viver os nossos tempos, arejados pelos novos fatos sociais e jurídicos. Em boa verdade, a vida humana já foi prorrogada pelo progresso da medicina e esta é que tem autoridade, em última análise, para auferir a aptidão física e mental do ser humano, em qualquer idade, quanto ao desempenho da atividade profissional. Aqui, a presunção legal é positivamente inepta, diante do laudo médico. Além do que - repito - o exemplo dos nossos colegas da Assembléia Estadual bandeirante, que aprovou idêntico projeto, há quase um decênio, é suficiente razão prática para convencer gregos e troianos de que estamos trilhando a melhor meta, porque justa e humana.

Por tudo isso é que, neste ensejo, requeiro urgência, para discussão e aprovação do referido projeto de lei de minha autoria, certo de que desposo causa tão nobre quanto equitativa. Além do que este projeto, aqui como no Estado líder da Federação, tão somente procura fazer justiça aos nossos servidores da Justiça, sem maiores ônus à Fazenda Estadual."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

"Não poderíamos deixar de trazer a esta tribuna a nossa mais calorosa solidariedade às conclusões da 18ª Conferência Nacional dos Bispos, realizada em Itaipu, abordando exclusivamente o problema fundiário no Brasil. O importante conclave, realizado ainda no recesso parlamentar desta Casa, impediu o nosso pronunciamento à época em que a Igreja Católica fazia uma das mais corajosas e importantes tomadas de posição em torno de um dos mais cruciantes temas da atualidade. Daquele encontro, que concluiu pela imperiosa necessidade de se implantar uma adequada reforma agrária no País, adveio a campanha nacional sob o título "Para onde Vais", indagação que encerra o punjente drama das populações migrantes, sem rumo e sem esperanças, a formar o quadro social dos nossos dias.

Não assistimos hoje o deslocamento humano que marcou a presença na história brasileira dos "paus-de-araras", estiolados pelas secas mas atraídos pelas exuberantes terras do sul e que aqui trouxeram a força dos seus braços e a obstinação do seu trabalho para construir o desenvolvimento rural, principalmente da região norte do Paraná. Nem, tampouco, se assemelha à migração da classe média do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que veio erguer cidades no Oeste-Sudoeste paranaenses.

Hoje, o que nos é dado presenciar, são as legiões imensas dos "boias frias", cada vez mais densas, produzidas pelo esva-

ziamento da economia agrícola cafeeira a partir das duas últimas décadas, quando se erradicaram os cafezais e se adotou uma política que fez desaparecer nada menos que 75 mil pequenas propriedades, apenas no Paraná, onde, entre os anos de 1962 a 1967, 58 mil famílias foram alijadas de suas glebas rurais, segundo dados oficiais fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os minifúndios, estimados em 72 por cento dos imóveis rurais em 1972, que asseguravam a estabilidade social com a fixação das famílias no campo, deram lugar a novas formas de economia empresarial, com menor aproveitamento da mão-de-obra, impelindo as populações, marginalizadas por um processo desumano a que as nossas autoridades, infelizmente, não se detiveram em mais acurado exame, a buscar na aventura da Amazônia ou nas incertezas dos grandes centros urbanos, a própria sobrevivência.

Os sociólogos e juristas que analisaram o problema da criminalidade e da violência que grassa nas grandes cidades, diagnosticaram o fenômeno das migrações como uma das causas fundamentais. A Igreja, por sua vez, considera que pelo menos 40 milhões de brasileiros ignoram para onde ir.

Um sistema econômico irreal, que não consultou os legítimos anseios nacionais, é apontado como o grande e maior responsável por esse lamentável estado de coisas.

Acredito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que embora as intenções tenham sido nobres e patrióticas, faltou à tecnocracia implantada no País, a necessária sensibilidade para enfrentar os problemas básicos da Nação.

Ainda há poucos dias, na cidade de Aracaju, por ocasião da assinatura de um convênio no valor de 308 milhões de cruzeiros para a implantação de um programa de transportes, Sua Excelência o Ministro dos Transportes, Sr. Eliseu Resende, proclamava maior apoio do Governo Federal à indústria automobilística, acentuando que se deseja é que cada brasileiro possua um carro de passeio. Veja-se, portanto, a disparidade entre a política governamental de economia de combustíveis, de drástica austeridade, preconizada pelo Presidente da República, General João Baptista Figueiredo, e a mensagem do Sr. Ministro.

Precisamos, antes de tudo, de uma filosofia agrária que fixe o homem na terra, que lhe dê recursos financeiros e elementos materiais, os insumos e os implementos necessários, que as garantias de preços para comercialização não sejam geralmente casuais mas dentro de critérios estáveis. O Governo proclama que nas supersafras deste ano repousam as soluções para o equilíbrio de balança de pagamentos, num dramático instante de crises internas e externas. Mas se a lavoura pode salvar a Nação, é de se indagar por onde anda o velho refrão da "salvação da lavoura"?

Acreditamos, Sr. Presidente, que a própria salvação nacional reside no campo. País-continente, com vastas áreas para ocupação racional e humana, necessitamos, antes de tudo que se ofereçam instrumentos à utilização cristã da terra, corrigindo as injustiças e detendo a sanha desenfreada da exploração cruel do homem e do solo.

As conclusões de Itaici interpretam, com meridiana clareza, o problema fundiário do Brasil e merecem, portanto, o nosso irrestrito apoio. A Campanha da Fraternidade, por sua vez, representa a transposição de muitas das idéias sustentadas pelo CNBB, para o trabalho dignificante da catequese, sob as bênçãos de Sua Santidade o Papa João Paulo II, e sob as quais nos colocamos".

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Como é do conhecimento desta Casa e de todo o Paraná, o Estado fará realizar no final desta semana concurso para o

preenchimento de 159 vagas de Fiscal 1 e Fiscal 2.

São cargos altamente remunerados, importantes para a vida do Estado, principalmente para a vida econômica do Estado. Daí a alta remuneração conferida a estes cargos. E, diante das dificuldades em que estamos verificando no mercado de trabalho, foi fato natural, compreensível, que cerca de 18 mil candidatos obtivessem sua inscrição para este concurso, fato que confere uma importância igual ou até maior do que os recentes vestibulares realizados pela Universidade Federal do Paraná.

Como em concursos desta natureza, quando os cargos oferecem atrativos salariais na medida em que estes cargos estão oferecendo e o número de candidatos inscritos é elevado, como acontece neste concurso, é evidente que circulam rumores de que o concurso é pró-forma, que os candidatos já estão previamente escolhidos por critérios políticos, fato que vem desmerecer a ação moralizadora do Governo Ney Braga, fato que vem desmerecer a própria bancada do PDS, nesta Casa.

Razão pela qual, Sr. Presidente, eu tomo a liberdade de endereçar à Mesa o seguinte requerimento. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER que a Mesa enderece convites aos ilustres Líderes de bancadas dos partidos da Oposição, para indicar Deputados, a seu critério, a fim de acompanhar a realização, desde o início até o encerramento, do concurso público que será promovido pela Secretaria de Recursos Humanos, no dia 16 do corrente, domingo próximo, destinado ao preenchimento de 150 (cento e cinquenta) vagas de Fiscal Tributário de duas (02) categorias, na Secretaria de Finanças, e para o qual estão inscritos cerca de dezoito mil candidatos, fato que confere ao referido concurso, importância igual ou maior que os recentes exames vestibulares da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1980.

Sr. Presidente, ainda nesta oportunidade, desejo informar a Vossa Excelência e à Casa de que os Srs. Membros da Oposição desta Casa, se dignarem a aceitar o convite que a bancada do Governo faz, os Srs. Deputados escolhidos serão credenciados pela Secretaria dos Recursos Humanos para acompanhar a realização do concurso, desde o seu início, até a homologação do resultado e a nomeação final dos candidatos aprovados.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna nesta tarde é um assunto de interesse de toda a humanidade. O objeto de nosso pronunciamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um assunto que realmente interessa a toda a humanidade.

Venho, através do meu mandato, prestar uma singela homenagem a um homem que tem prestado relevantes serviços à humanidade, e que recentemente se encontra no Brasil, prestando estes mesmos serviços em benefício das crianças do nosso País.

Inicialmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de dizer que particularmente sou contra a concessão de Cidadania Honorária a quem quer que seja. Sou contra porque, muitas vezes, pessoas que não merecem, recebem esta honraria, e outras pessoas, que realmente merecem, passam no esquecimento.

Mas esta pessoa, particularmente para todos nós, brasileiros, e creio que para toda a humanidade, ela que é portadora das maiores honrarias que um homem possa receber em sua vida, entendi sem nenhum caráter político ou demagógico, devesse eu como pai, como chefe de família e como cristão, prestar esta modesta homenagem a este grande homem que, tenho certeza, o mundo inteiro admira e respeita e a ele tanto deve.

Albert Sabin, em pleno vigor da existência, já pertence à Galeria dos Benfeitores da Humanidade, ao lado dos expoentes que aprendemos a admirar, através do estudo da História. A descoberta da vacina contra a poliomielite, que se constitui numa defesa segura contra umas das moléstias mais devastadoras, especialmente das crianças, evidencia por outro lado a dedicação de toda a juventude de um homem talentoso a serviço de seu próximo.

No anonimato dos laboratórios, empenhou toda a sua inteligência privilegiada na busca de um antídoto à doença perversa, sem dar ouvidos a solicitações de um sucesso fácil, imediatista, de uma carreira profissional comum.

Neste particular se revela toda a infinita dimensão do seu espírito superior de fraternidade universal. É bem verdade que veio o êxito coroando sua doação plena e a Humanidade, agradecida, se curva emocionada diante do cientista que venceu a doença.

Mas, o que justifica este projeto, que nada acrescentaria à gratidão que as gerações de todo o sempre hão de tributar a Albert Sabin, é a sua profunda e serena modéstia que sem alarde envolve a sua participação nas campanhas de vacinação contra a poliomielite.

Ninguém pode conter sua entusiasmada admiração, diante daquela figura quase angelical, a agasalhar entre os braços pequeninas criaturas, para receber a imunização que seu invento propicia. Cidadão do mundo, membro dos mais prestigiosos colégios científicos, personagem da História Contemporânea, sem afetação demagógica, sem a falsa simplicidade, precisamente porque no mundo maravilhoso dos sábios não há lugar para as fraquezas dos vaidosos, dos orgulhosos.

Por tudo quanto Albert Sabin representa para o gênero humano, mais pelo Albert Sabin homem, do povo paranaense, é que se propõe, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta homenagem sincera, modesta, porém justa, a um homem que tem prestado relevantes serviços a toda a humanidade; e mais particularmente para nós, brasileiros, neste momento em que vem ao nosso País participar ativamente, com toda a sua humildade, muito própria de um homem talentoso e genial como ele é, dar a sua capacidade, dar aquilo que tem que, por certo, conseguiu com muito sacrifício, em benefício das crianças brasileiras.

Vendo a sua figura, nos vídeos da televisão, confesso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que me senti emocionado, porque, como disse, como pai, tendo filhos na idade de 4 a 9 anos, me senti emocionado ao ver aquela postura de um homem de prestígio mundial ser tão humilde, ser tão prestativo à causa da saúde pública.

Faço, Sr. Presidente, esta indicação; apresento este anteprojecto, para que a Assembléia Legislativa do Paraná possa prestar uma homenagem a um homem que tem efetivamente prestado relevantes serviços à causa da saúde pública do Brasil.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, anti-regimentalmente, solicito a palavra, pela ordem, e Vossa Excelência, por bondade e consideração me concede, para me congratular com o nobre Deputado José Tavares, pela justa proposição que apresenta hoje à Assembléia Legislativa do Paraná.

Será a melhor de todas ou de quantas homenagens se prestou nesta Casa a um cidadão, porque este realmente é um cidadão do mundo; é um cidadão que beneficiou quase toda a humanidade. Que vem ao Paraná humildemente, que vem ao Brasil humildemente, gratuitamente, sem receber um centavo dos cofres públicos da Nação, trazer o brilho da sua inteligência; dos seus conhecimentos científicos, para minorar, o sofrimento de tantos e tantos lares, de tantos e tantos chefes de família e de tantas e tantas crianças, que são o dote mais precioso que nós temos, neste País.

Minhas congratulações, meus cumprimentos, ao nobre Deputado José Tavares.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Percorrendo a região oeste do Paraná, em diversos municípios e Câmaras Municipais, onde tivemos oportunidade de visitar, entre as quais, Nova Aurora, Capitão Leônidas Marques, Matelândia, Guaraniaçu, Cascavel, Catanduvas, o clima de revolta contra a COPEL é unânime.

O recente acordo firmado entre as Prefeituras e a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, tem dado um clima de tensão intensa nas populações urbanas, seja ela das sedes ou dos distritos. A taxa de iluminação pública hoje transferida para a conta municipal da COPEL, tem criado sérios problemas porque as populações mais carentes que pagam e vinham já pagando no Imposto Territorial e Predial Urbano, sem qualquer benefício, agora, Sr. Presidente, passa a ser exigida, mensalmente, pela conta de luz da COPEL, em todo o Paraná, o que eu tenho verificado e sobretudo nos municípios onde eu mencionei.

Não há mais nenhuma credibilidade nem aceitação pela população, porque, além de ser um preço absurdo, exorbitante, as populações mais carentes pagam e não recebem a iluminação pública. Por vezes faltam as lâmpadas, acusa-se então as Prefeituras que têm que repor este material. Às vezes acusa-se a COPEL; e uma organização, a companhia ou a administração municipal, fica de juguete e quem paga sempre é o consumidor, é o usuário.

Faço aqui, desta tribuna, um apelo aos eminentes chefes desta Companhia Paranaense de Energia Elétrica, que solucionem de vez, vão para os espaços da televisão, que tanto é usado para desviar os objetivos finais das causas públicas; que vão às televisões e rádios e façam suas reivindicações.

Outra denúncia que temos verificado é que a SANEPAR, que veio à televisão explicar aquele processo de aumento ou diminuição do uso de água, não está cumprindo com aquilo que pregou na televisão. Está cobrando uma taxa excessiva dos usuários, com a pecha de que o consumo de água vai além do que aquilo que realmente é consumido. E se quiserem contestar, eu tenho inúmeros talões.

Realmente, o Poder Público está usando de todos os meios que para nós não são decentes, não são morais, para cobrar taxas que vão além da competência de um regime democrático.

Porque, se vivêssemos numa plena democracia, usava-se o instrumento do mandado de segurança. Agora, até a Justiça decidir, e o custo de uma causa dessas, é muito mais dispendioso do que se pagar as contas absurdas de energia elétrica e água potável.

Sr. Presidente, para encerrar, recebi uma denúncia também contra a COPEL e contra o Governo do Estado, de que várias promessas foram feitas para instalar energia elétrica no maior distrito de Catanduvas, Distrito de Miracema, composto de 95 por cento de pequenos agricultores, de minifundiários. A sede do distrito, já há cerca de cinco anos vem insistindo para instalação de energia elétrica, tanto urbana quanto rural, até agora, depois de inúmeros requerimentos e pronunciamentos, não conseguiu nenhuma providência.

Há um ginásio que não pode funcionar à noite, escola sem possibilidade de ministrar aulas, por falta de energia elétrica.

É o apelo que deixo aqui, desta tribuna, aos senhores donos da COPEL, para instalarem de uma vez por todas a energia elétrica, principalmente nesse distrito.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, sexto orador inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando servia à Câmara Municipal de Curitiba, na qualidade de Vereador, ao lado de Companheiros que hoje estão nesta Casa, e cito os nomes dos Deputados Airton Cordeiro e José Domingos, aprovamos uma Lei, em 12 de maio de 1978, que reduziu a carga horária semanal dos empregados no comércio de Curitiba, beneficiando mais de 60 mil pessoas, entre as quais muitos chefes de família.

Agora, existe um movimento de bastidores, um movimento que podemos chamar de manobra política, visando a revogação desta Lei Municipal número 5783, que determina o fechamento do comércio local aos sábados, à tarde.

Sinceramente, não podemos pactuar com essa decisão. Não aceitamos, de forma alguma, que se encare dessa forma o trabalhador de Curitiba, especificamente.

Por isso, estamos aqui, desta tribuna, fazendo o alerta, levando ao conhecimento do povo do Paraná e pedindo ao Sr. Prefeito Municipal, Jaime Lerner, que não pense em alterar essa lei que beneficia o trabalhador de Curitiba.

Por outro lado, fazemos o apelo aos Companheiros da Câmara Municipal de Curitiba, que estudem, com muito carinho, esse assunto, para que o trabalhador não seja prejudicado.

Esta lei foi criada depois de muitos debates, muitas discussões, quando a Câmara Municipal chegou à conclusão de que deveria se fixar em 44 horas a carga semanal, em vez de 48 horas semanais.

Inclusive, essa carga-horária foi consagrada pela Convenção Coletiva de Trabalho, celebrada com a classe patronal.

Não é justo então, que se determine, agora, a revogação dessa lei municipal.

Entendemos que a lei existe e que se for revogada vai comprovar que foi uma lei política, criada na época pré-eleitoral, já que foi criada em 1978, ano das eleições. E agora, naturalmente, passado algum tempo, vão tentar revogar, fazendo com que o trabalhador volte aos sábados à tarde, a desempenhar funções junto ao comércio, prejudicando inclusive, a sua própria família. Acredito que até mesmo para o próprio comerciante, o pequeno comerciante, que será o elemento que mais tem interesse nessa lei. Ele também será prejudicado, porque não é com o ganho de poucas horas semanais, que ele vai poder arrecadar dinheiro, para conseguir dinheiro para poder pagar as suas dívidas que ele tem, por ventura, junto àqueles que tenham feito algum financiamento.

Acredito que o próprio comércio não será beneficiado.

Eu tenho em mãos e encaminho à Mesa, um abaixo-assinado com centenas de assinaturas, que os empregados no comércio de Curitiba estão encaminhando à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Voltarei oportunamente ao assunto, apenas falo hoje para ficar como alerta.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont, inscrito. (Ausente).

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelton Friedrich, inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós tivemos nos últimos anos no País, uma série de iniciativas do regime instalado nos últimos 16 anos. Pontificaram a repressão política, a censura dos meios de informação, a reforma privatizante e economicista do sistema de ensino que se alastrou, a intervenção nos sindicatos operários se fez presente, a legislação anti-greve tornou-se intocável, a política de arrocho salarial criou na classe trabalhadora, os grandes deserdados do regime.

Tivemos a reabertura da economia brasileira ao capital monopolista imperialista e assistimos, impávidos, o compromisso do poder estatal com o capitalismo monopolista nacional e estrangeiro e também assistimos, Sr. Presidente, Srs. Depu-

tados, a contra reforma agrária.

Nesses últimos 16 anos, surgiu no País, entre outras coisas, a figura do "bóia-fria", a figura do homem expulso da terra, dos pequenos trabalhadores rurais, dos meeiros, parceiros, sítiantes que não tiveram outra saída a não ser abandonar a sua terra, abandonar o seu chão, a sua vinculação sentimental e afetiva e de há muito e muito tempo, de herança de seus antecessores.

É óbvio que uma das primeiras medidas foi a criação do Estatuto da Terra, após lutas de todos os tipos e em todos os setores, porque precisava o regime em 1964, dar uma resposta à crescente participação das camadas sociais do País na luta em busca das reformas de base que se faziam necessárias, já à época em nossa Nação.

E a reforma agrária era um dos princípios que a comunidade brasileira defendia e buscava. A reforma agrária vinha de lutas extraordinárias de parlamentares, de dirigentes classistas, sociólogos, economistas e, principalmente, do homem do campo.

Nesta longa luta, muito difícil por sinal, nós assistimos também, Sr. Presidente, que o Estatuto da Terra viria para tentar diminuir esta luta crescente e neste Estatuto da Terra, inúmeros eram os dispositivos que favoreciam a solução do problema agrário do País. No entanto, a vergonha deste País e dos que nos dirigem face à incompetência dos mesmos, fez com que nós tivéssemos, em dezesseis anos, nada menos do que 586 normas criadas, baixadas, derogadas através de normas de decretos-leis de dispositivos de todo tipo, tamanho e gênero, 586 dispositivos com relação ao problema fundiário, esse regime de exceção criou, procurou, portanto, uma verdadeira parafernália documental da legislação para tratar do assunto fundiário, mas a reforma agrária não surgiu, e quando nós víamos que a reforma agrária vinha sendo feita pelo posseiro, vinha sendo feita na defesa daquele torrão, daquele chão pelo que nele possuía a posse.

Como nós assistimos que a verdadeira Reforma Agrária, embora totalmente fora de qualquer ditame ou raciocínio lógico ou até sociólogo, eram os posseiros que faziam por sua conta e força a Reforma Agrária no País, defendendo, não poucas vezes com o próprio sangue e de familiares, a defesa desta posse, a manutenção da mesma e a própria permanência da luta no meio rural.

E a isso veio a contra-Reforma Agrária, a contra Reforma Agrária se apresentou no País através da presença do alto capitalismo selvagem no campo, acrescido da presença dos grupos estrangeiros invadindo e tomando conta dos territórios livres desta Pátria.

E no Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que tínhamos a mais de uma década a terceira renda "per capita" do homem rural, passamos a ser uma das piores rendas "per capita" do homem rural brasileiro e está equiparada a Pernambuco. Acresce-se mais a existência de mais de um milhão de "bóias-frias" e conforme recentes estudos a existência de ainda um milhão e meio de sub-empregos no nosso Estado. Mas, no instante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em que a COTRIGUAÇU Central das Cooperativas do Oeste do Paraná, que apresentou uma série de deficiências na estrutura administrativa, com operações ruins, com projetos faraônicos e com outros planos inexecutáveis, passou também a adquirir uma área de um milhão de hectares na região de Aripuanã no Mato Grosso do Norte.

É óbvio que não queremos aqui repetir o que de todos é conhecido, inclusive referentemente ao pronunciamento que fizemos há dez dias. Mas a aquisição de um milhão de hectares de terra no Mato Grosso do Norte, serviriam para lá colocar, dar posse e vida agrícola a mais de duas mil famílias e, portanto, se o projeto de colonização daquela área torna-se impossível, só nas mãos da central cooperativista, se fazia necessária a pre-

sença do Governo, a presença do Governo Federal através dos Ministérios do Interior e da Agricultura, e principalmente através da autarquia máxima do setor, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Além do mais, se fazia necessária a presença de uma composição entre o próprio conglomerado Cotriguaçu e o Governo do Mato Grosso do Norte, movimento este que não poderíamos prescindir da presença do Governo do Estado do Paraná.

Mas agora, o que vemos e o que assistimos no Brasil nestes últimos dias, é que a direção da Cotriguaçu, bem ou mal estando dirigindo os seus negócios, neste instante não importa e não é o objetivo da nossa análise, mas procurou a direção da Cotriguaçu diante do movimento que se generalizou na região Oeste, no Paraná e no Sul do Brasil, contra a venda desta área, que diga-se de passagem é considerada a última área do mundo com um milhão de hectares, praticamente já alocados, já definidos, já determinados e com o detalhe importante, área que não possui posseiros ou índios, portanto apta à colonização imediata e instantânea.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a direção da Cotriguaçu, pressionada pelas bases cooperativistas, por lideranças regionais e pelo clamor do País diante do quadro do migrante, do "bóia-fria", exigia que a área permanecesse nas mãos dos nossos cooperados, mas que para tanto se tornava como disse, extremamente necessária a presença do Governo Federal e do Governo Estadual.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, era a grande oportunidade do atual Governo demonstrar na prática o que diz que pretenderá fazer no futuro e fez inserir no seu programa partidário, de que nós precisamos uma mudança fundiária no País e atender este clamor, este tropel desesperador de quarenta milhões de brasileiros, sem rumo e sem destino e que há pouco nós vimos até um Deputado da ex-ARENA, do PDS, Deputado David Cherigate, fazer referência, à extraordinária presença da Igreja, através dos seus documentos de Itaipu e da própria campanha da fraternidade.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, passou a ser estranhável, passou a ser surpresa que agora as portas do INCRA se fecham, o Governo Federal se isenta e o Governo do Estado do Paraná, conforme consta do jornal de hoje, está neutro na questão.

Ora, Sr. Presidente, são praticamente trinta mil cooperados que estão diante desta gravíssima situação que está sendo gerada pela administração que tivemos em tempos atrás, na própria central cooperativista. E agora que o desastre surgiu, mas que também se avanta no horizonte uma resposta e uma solução que seria, em verdade, o Governo portanto fazer aquilo que diz, colocar na prática o que prega, resolver ao menos uma mínima parte e uma solução fundiária, numa solução de terra, possibilitando mais de duas mil famílias serem colocadas na região de Aripuanã, nesse um milhão de hectares.

O que nós vemos é a omissão, vemos é a doutrina de Pôncio Pilatos, é o lavar as mãos e deixar como está para ver como é que fica.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nelson Friedrich, Vossa Excelência tem se consagrado e se constituído numa das autoridades das mais respeitáveis deste Poder, em relação ao problema das cooperativas e especificamente no caso, neste episódio, neste Panamá, como no passado era conhecido. Estas negociatas no passado tinham outro nome e agora são usados adjetivos menos indicados para qualificar atitudes desta natureza. A verdade, Deputado, é que realmente cobrávamos isto que Vossa Excelência vem cobrar hoje do atual Governo do Estado, com relação ao problema de um milhão de hectares de Aripuanã. E cobrávamos aqui mesmo, desta tribuna, na gestão do Sr. Jayme Canet, que não fica à margem desta responsabilidade só porque

passou de Partido. Não. Sua Excelência deveria ter feito a intervenção tempestiva, e isto nós cobramos da tribuna aqui, nesta Assembleia. Na oportunidade em que o Sr. Roberto Wypych estaria em Brasília a negociar com aquele grupo de que faz parte inclusive alguns generais. E naquela ocasião, na Legislatura passada, nós dizíamos dos efeitos daqueles negócios. Fui ameaçado de processo judicial.

Vossa Excelência aqui, hoje, espelha aquilo que prenunciávamos. Mas isto é fruto desta voragem econômica, que é uma significação da medula do sistema. Este processo econômico-social é o grande responsável pelas distorções, pelos "bóias-frias", pela desagregação do homem do campo e por também negócios vultosos desta natureza.

Isto faz parte da repressão. Da repressão econômica, da repressão política que existia até recentemente. É fruto da ditadura. E as cooperativas vieram como imposição deste mesmo sistema, de cima para baixo, para coordenar a tomada do campo pela classe média rural, que seria depois a sustentação nos currais políticos do Governo. Na cessão dos direitos de liberdade de votar, para pela ao Partido do Governo as vitórias falsas que até hoje estamos ainda a sofrer.

Realmente, Deputado Nelson, isto gerou o êxodo rural, esta política que esqueceu as letras da lei do Estatuto da Terra. Desagregou os pequenos agricultores que passaram a pensar nos resultados econômicos, sem visar a formação moral, cívica e cultural não só de seus filhos mas das próprias comunidades.

Ademais, vieram daí os "bóias-frias", o direito social agrário distante de seus objetivos, perdeu o espírito de justiça e os foruns do interior e da Capital, encheram de mendigos na busca do Judiciário para satisfazer, em vão, as suas pretensões e os seus direitos. O Estatuto da Terra hoje é letra morta. As reformas agrárias tanto apregoadas, hoje não passam de mito.

As cooperativas que seriam a sustentação do processo econômico brasileiro, passaram a gerir os interesses das companhias multinacionais. Os grandes dirigentes cooperativistas, com raras exceções, e honrosas exceções, participam hoje de negócios de terras, seja aqui, seja acolá.

Mas este da Cotriguaçu, de modo especial, foi criada sob o alibi de dar proteção ao agricultor desapropriado de Itaipu, para ser localizado no Mato Grosso. Não passou de uma farsa, porque o agricultor já vem do Rio Grande do Sul, do Estado de São Paulo. As migrações continuam no longo dos quarenta anos de que tenho visto pela História, principalmente dos últimos cinquenta anos quando surgiu o ciclo do café.

Hoje, no ciclo do soja, são as massas trabalhadoras rurais que vêm para as cidades, criando problemas profundos por causa do regime, por causa do poder econômico, por causa de desfaçatez dos homens que só servem as multinacionais.

Aí está, Deputado Nelson, o resultado nesta revolução. Aí está a frustração do povo brasileiro, e principalmente do povo que sustenta a nossa economia; o povo rural, o trabalhador rural. E as cooperativas têm até receio de receber os Deputados do MDB, atual PMDB, os das oposições, receando que nós descubramos, não diria falcaturas, mas os desvios dos objetivos a que foi implantada as cooperativas.

Aí está, Deputado, os entrepostos das multinacionais, no favorecimento, no enriquecimento ilícito e nas negociatas. E o Governo do Estado, para pasmo nosso, mais uma vez; e nós, Deputados, temos autoridade moral para cobrar isso, porque já o fizemos antecedendo esta negociata. O Governo lava as mãos, ainda hoje de manhã, ouvi de Sua Excelência para a minha estranheza, de que se trata de um negócio da área privada da empresa privada. Entretanto, onde está o INCRA? O INCRA que deveria ser o disciplinador da alienação das terras brasileiras? Da disciplina do homem no campo? Da reforma agrária? Da distribuição fundiária? Onde está o INCRA? Ausente. Ausente, quando não há interesse dos estrangeiros. Quando há, ele participa, dando o tapa do gato. Aquele tapa de esconder a mão

e sair da sua esfera de atribuição. Esta, Deputado Nelson Friedrich, parece-me uma das coisas mais sérias que o Paraná está assistindo, até em confronto com o Governo de Mato Grosso. E nós temos feito denúncias, principalmente Vossa Excelência, por esta razão, me perdoe ter-me alongado tanto no vosso pronunciamento. Mas me congratulo "ipsis verbis", com o que Vossa Excelência está dizendo, porque é a expressão da verdade. E ninguém poderá contestar, porque o próprio Governo vem lavar as mãos, publicamente, quando deveria participar, ativamente, para solucionar um problema da cooperativa, do trabalhador rural; para solucionar um problema de conflitos existentes entre as cooperativas e o Governo do Estado do Mato Grosso e o INCRA e uma multinacional, que está oferecendo vantagens, para os dirigentes cooperativistas, quem sabe? Faço aí uma indagação, para que esta grande área de um milhão de hectares seja alienada para um grupo estrangeiro.

E quero dizer, Deputado Nelson, que estive conversando com os dirigentes de Aripuanã, Sr. Milton Lago, de Cascavel, e dizia que esta empresa não é multinacional. A Sharp é eminentemente brasileira. Depois, dessa, Sr. Deputado, só tenho que, diante do pasmo, da estranheza, congratular-me com Vossa Excelência.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Muito obrigado pelo aparte, nobre Deputado.

E Vossa Excelência, tenho conhecimento, quando ainda não estava nesta Casa, da sua luta e denúncia, referentemente à direção da Cotriguaçu, à época às mãos de Roberto Wipich. E tenho inclusive, talvez não seja do conhecimento, nem do ilustre Deputado, uma cópia integral do documento que o então Presidente Roberto Wipich encaminhou a esta Casa, à Casa Civil da Presidência da República, à Casa Militar da Presidência da República, ao INCRA, ao Presidente da República e ao Governador Ney Braga, negando, condenando e caluniando Vossa Excelência pelos pronunciamentos que fizeram desta tribuna antes de surgirem os primeiros desequilíbrios administrativos daquele dirigente. Ora, à época, ele era o todo poderoso. Ele era o Pelé do cooperativismo. Roberto Wypych, foi homenageado pelo País, nas mãos do então Ministro da Agricultura, Alisson Paulinelli, como o agricultor do ano, recebendo a medalha em homenagem, em São Paulo. Mas ele também foi cogitado para a Secretaria da Agricultura. Restou enfim, uma última homenagem, ser suplente de Senador biônico, pelo Estado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputado, continuo.

Continuo inclusive para dizer que o mais estranho é que no período em que se estava mantendo os contactos para a aquisição desta área, sobram iniciativas, colaborações, opiniões favoráveis, influências de toda ordem. E para não dizer, que a Oposição fala e não prova, gostaria de trazer aqui uma fotocópia da ata da reunião da diretoria da Cotriguaçu, do dia 22 de 7 de 77, quando o presidente da referida diretoria, Sr. Roberto Wypych e aqui transcrevo ítems desta ata. — "Fez um relato da viagem realizada pela diretoria da Cotriguaçu ao Mato Grosso, na região de Aripuanã, para conhecer a área de um milhão de hectares, que está à venda pela Otsar, Empreendimentos S.A., cuja opção vencerá nos próximos dias. Levou ainda ao conhecimento da diretoria, a visita de representantes da Otsar, Empreendimentos S.A., nas pessoas do General Antônio Carlos da Silva Muricy, Coronel João Carlos Nobre da Veiga, Coronel Lauro Clipper, Júnior, e Dr. Adalil Cordeiro Nobre da Veiga.

O Sr. Presidente, continua a ata daquela diretoria, naquele dia, achou que seria interessante, antes de qualquer compromisso, veja bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados - o Presidente da COTRIGUAÇU disse que antes de assumir qualquer compromisso, e aí a culpabilidade não recai apenas naquela diretoria, ou na pessoa de Roberto Wypych. Mas, Roberto Wypych disse que precisa manter contactos com o Governo Federal, com o Conselho Nacional de Segurança, com o INCRA, com o Minis-

tério da Agricultura, com o Bando do Brasil S.A., com a SUNAB, com o DUDEP, com a CODIMAP, com o IBDF, a fim de verificar o apoio que o Governo Federal daria para um projeto de colonização dessa envergadura.

E pasmem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e quero que conste dos Anais desta Casa, entrevi daí o General Murici que se comprometeu, conforme consta da Ata, a, pessoalmente, acompanhar a COTRIGUAÇU nesses contactos.

Ata da entidade do dia 27 de julho de 1.977.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não fica só aí.

No dia 30 de setembro de 1977, houve uma outra reunião da diretoria e na ata da mesma consta que o Sr. Presidente da COTRIGUAÇU, Roberto Wypych, informou o seguinte:

"O Sr. Presidente Roberto Wypych fez um relato de sua participação e reunião em Brasília, nos dias 19 e 20 de setembro de 1977, para tratar de colonização de área no Estado de Mato Grosso, mantendo contato, Sr. Presidente, nada mais, nada menos, que o General Golbery do Couto e Silva, Chefe da Casa Civil da Presidência da República; com o General Hugo Abreu, Chefe da Casa Militar da Presidência da República; com a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, com o Ministério da Agricultura, com o Coronel José San Martin, representante do Ministério da Agricultura no Conselho de Segurança Nacional e com a Dra. Rita de Cássia Lacerda, Chefe do Departamento de Projetos da Colonização do INCRA".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no dia 22 de julho de 1977, uma caravana de ilustres homens brasileiros, tendo à frente o General Antônio Carlos da Silva Murici vai a Cascavel - a ata da reunião está aqui - e se compromete a, pessoalmente, acompanhar a COTRIGUAÇU para aquisição da área.

Depois, Sr. Presidente, menos de dois meses, no dia 30 de setembro, o Sr. Roberto Wypych conta da sua ida a Brasília e os dois contactos que manteve com os órgãos que acabamos de nos referir.

E aqui, na CPI do Cooperativismo, consta nos Anais daquele trabalho, o Sr. Roberto Wypych foi honesto e sincero e disse: "que, por diversas vezes, o General em referência, acompanhou o mesmo Presidente da COTRIGUAÇU nos diversos escalões da esfera federal".

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos mais de 15 quilos de documentos para provar a presença do INCRA, de Golbery do Couto e Silva, de Hugo Abreu, do Ministério da Agricultura, dando o seu assentimento, o seu sinal verde, para aquisição dessa área.

E agora que o problema aconteceu, em que as dificuldades econômico-financeiras levaram quase ao desastre da central, em que eles deveriam cumprir com aceno favorável que deram no início das negociações, fecham-se as portas do INCRA. O Governo Federal quer esquecer o problema e o Governo do Estado do Paraná quer ficar neutro na questão, mas o que mais nos surpreende, Sr. Presidente, e que efetivamente agora, quando a denúncia que fizemos desta Casa repercutiu no Brasil inteiro, inclusive na Câmara Federal, ampliando os dados que havíamos postos de que se está fazendo a opção por uma proposta de um grupo multinacional a Sharp Equipamentos S.A., e que esta teria inclusive vinculação com o Minírio da Agricultura, Dr. Amauri Stabile. Diz o Ministro ... O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao Deputado que o tempo está esgotado, mas a Mesa lhe concede mais um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O tempo realmente é escasso, mas pretendemos concluir, para simplesmente dizer, Sr. Presidente, que não importa que o atual Ministro da Agricultura faça referência de que ele não mais pertence ao quadro dirigente da Sharp Equipamentos

S/A., mas continua como um dos diretores da Sharp, o filho do Ministro, o Senhor Ronald Stabile e no momento em que eles dizem que não é um grupo multinacional, nós não queremos falar por nós mas uma publicação que percorre o mundo inteiro, da Inter Invest na página 541, que é uma publicação de circulação internacional, exatamente, inclui a Sharp como uma das multinacionais espalhadas pelo mundo inteiro, inclusive no Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito mais teríamos a trazer hoje e até não era da nossa intenção voltar hoje ao assunto de imediato, porque nós fizemos o trabalho e a denúncia e esperamos que as autoridades assumam o compromisso que têm perante o povo. O que nós não podemos concordar, é que começa por aqui a omissão, a conivência, a passividade, quando o Governador do Estado diz que não vai ter auxílio financeiro a COTRIGUAÇU, porque o problema afeta a outro Estado e ele lembra ainda que foram procurá-lo, mas que mesmo naquela época o Estado vai continuar como agora, cumprindo sua decisão de ficar neutro na questão.

O problema atinge a trinta mil cooperados do oeste do Paraná, que significam cento e cinquenta mil pessoas paranaenses. O problema está atingindo a esfera maior, que é a própria soberania nacional, que hum milhão de hectares, a maior área depois do projeto Jari, poderá ir para as mãos de interesses privados, mercantilistas e espoliativos. Que nós estamos acostumados a assistir colonizadoras neste norte e centro-oeste do País, explorando as mínguas rendas e poupanças dos nossos agricultores e lá levando no amargor da floresta, na desigualdade do trato, sem qualquer responsabilidade social, e o que se acresce mais ainda, gerando gravíssimos problemas ecológicos.

Essa é a hora de dar a resposta, em nome do PDS, em nome do Governador do Estado, do INCRA e do Presidente da República, de se implantar na região, um modelo colonizador através do sistema cooperativista, mas jamais sem a presença assistencial e promocional e da estrutura que o Governo Federal deverá dar e o Governo Estadual também é obrigado a dar, embora o empreendimento seja em outro Estado, mas é para o paranaense. Ao menos que houvesse a intercessão direta, direta e bastante profícua para que o Governo do Mato Grosso, de imediato, liberasse a área para iniciar a colonização.

Estaria aí o momento de nós atendermos a campanha da fraternidade, de resolvermos, embora numa partícula mínima, a gravíssima situação dos migrantes, pois que nós sabemos que a guerra no campo e na cidade é uma só, é a guerra em busca da justiça.

Por isso, Sr. Presidente, o mais veemente protesto, para que nós pudéssemos ter no Governo, e nas cooperativas, o interesse do elemento humano acima desse interesse egoísta, financeiro, econômico e entreguista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso Plenário, dos Srs. Deputados Federais Osvaldo Macedo e Álvaro Dias.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Erondy Sil-

vério, lido da tribuna, encaminhando convite aos Srs. Deputados Líderes de Bancadas da Oposição.

A Mesa solicita dos Srs. Líderes dos Blocos Partidários que façam as devidas indicações.

O SR. ADALBERTO DAROS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, antes da boa vontade do nobre Líder do PDS nesta Casa, devo dizer, Sr. Presidente, que a bancada que representa o Partido Trabalhista Brasileiro não indicará ninguém, porque não aceita isso, Sr. Presidente.

Entendo que se um concurso vai ser feito pelo Governo do Estado, este concurso tem que ser muito sério meu caro Deputado.

Não há necessidade nenhuma que algum Deputado vá lá para fiscalizar. Considero ou é sério ou não o é. Razão pela qual, Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro não indicará ninguém porque não aceita tal solicitação do Deputado Erondy Silvério.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, indago da Presidência, pela ordem, se é requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — É convite.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Ah é um convite! Então, peço a palavra, Sr. Presidente, oportunamente.

Penso que o Poder Legislativo não pode ficar claudicando atrás do Executivo a indicar fiscais para fazer um concurso público de preenchimento de vagas em cargos do Poder Executivo. Penso que a missão do Poder Legislativo é muito outra, muito diferente. Tenho todo respeito pelo convite do eminente Líder da bancada, falo em meu nome particular, não em nome da minha bancada, mas acredito que o Poder Legislativo tem uma missão muito mais nobre, muito mais significativa do que ficar fiscalizando concurso. O Poder Executivo é que deve exercer o seu múnus de atribuir-se o direito e o dever no preenchimento de vagas existentes no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 138/79, de autoria dos Deputados FABIANO BRAGA CÔRTEZ e AIRTON CORDEIRO, que institui no Estado do Paraná através da Secretaria de Cultura e Esportes, o Concurso de Fanfarras e Bandas. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, antes de solicitar verificação de votação, por quanto no plenário se nota perfeitamente que não há número suficiente para votação, queria agradecer as palavras do Sr. Líder do PTB nesta Casa, Adalberto Daros, que representa dois outros eminentes Deputados, componentes da valorosa, da briosa bancada do PTB, e também as palavras do nobre Deputado Fidelcino Tolentino. E dizer que a única razão que nos levou a endereçar este convite, foi de ofício, não foi por solicitação do Governo, mas para que num concurso de tamanha importância, desde que estão inscritos dezoito mil candidatos, para apenas cento e cinquenta vagas, é para que não paire nenhuma dúvida sobre o comportamento do Governo no episódio deste concurso, tão importante para a vida de dezoito mil pessoas.

Era tão somente este o objetivo. Sinto-me agradecido, confortado pelo reconhecimento que fazem os eminentes Deputados de que o concurso ou é sério ou não é. Afirmo que o concurso, que todos os atos dentro do Governo Ney

Braga são sérios.

Agradeço e peço a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. ADALBERTO DAROS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, só no que diz respeito ainda à Propositura do Deputado Erondy Silvério, coloquei bem, ou o concurso é sério ou não é sério. Acredito que será sério, porque muita gente se empenha nestas poucas vagas. Todavia, Sr. Presidente me reservo o direito de mais tarde, havendo algum problema no que diz respeito

a este concurso, voltar a esta tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 138/79, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

13 Srs. Deputados o aprovam.

Nenhum Deputado o rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.